

LÉLIA GONZALEZ: INTÉRPRETE *OUTSIDER*

LÉLIA GONZALEZ: *OUTSIDER* INTERPRETER

Isadora Araujo Machado dos Santos¹

RESUMO

O artigo objetiva analisar a atuação de Lélia Gonzalez como Intérprete Outsider da formação da sociedade brasileira, destacando a sua contribuição para o entendimento das dinâmicas raciais, de gênero e de classe. Gonzalez propõe a categoria de "Amefricanidade", que redefine a identidade cultural latino-americana a partir das experiências africanas, afro-brasileiras e indígenas, no contexto da América Latina – ou Améfrica Ladina –. A autora questiona determinadas interpretações do Brasil que negligenciam a contribuição amefricana, denunciando o racismo estrutural e a ideologia do embranquecimento. Os operadores metodológicos e teóricos indicados para o tratamento e análise do corpus são de caráter bibliográfico e transdisciplinar, ampliando, dessa forma, as leituras e cruzamentos analíticos que poderão partir da filosofia, da história e dos estudos culturais, priorizando a utilização de referenciais negros (Asant, 2009; Nascimento, 2009; Nascimento, 2022; Hall, 2006). O trabalho também aborda o papel das mulheres negras na construção da sociedade brasileira, criticando sua exploração e destacando sua importância histórica e cultural. A partir de uma perspectiva decolonial e afrocentrada, Gonzalez oferece um contraponto às narrativas hegemônicas, propondo uma visão crítica e aprofundada das identidades nacionais.

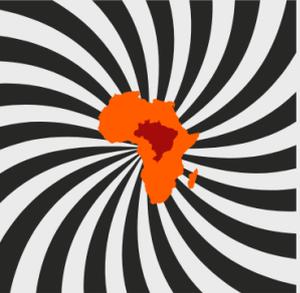
PALAVRAS-CHAVE: Lélia Gonzalez. Intérprete Outsider. Amefricanidade.

ABSTRACT

This article aims to analyze the role of Lélia Gonzalez as an Outsider Interpreter of Brazilian society's formation, highlighting her contributions to understanding racial, gender, and class dynamics. Gonzalez introduces the category of "Amefricanidade" (Amefricanity), which redefines Latin American cultural identity through the experiences of African, Afro-Brazilian, and Indigenous peoples in the context of Latin America—referred to as Améfrica Ladina. The author questions certain interpretations of Brazil that overlook the Amefrican contribution, exposing structural racism and the ideology of whitening. The methodological and theoretical tools applied to the treatment and analysis of the corpus are bibliographic and transdisciplinary in nature, thereby expanding analytical frameworks from philosophy, history, and cultural studies, with a focus on Black references (Asant, 2009; Nascimento, 2009; Nascimento, 2022; Hall, 2006). The study also explores the role of Black women in the construction of Brazilian society, criticizing their exploitation and highlighting their historical and cultural significance. From a decolonial and Afrocentric perspective, Gonzalez offers a counterpoint to hegemonic narratives, proposing a critical and in-depth reflection on national identities.

KEYWORDS: Lélia Gonzalez. Outsider Interpreter. Amefricanity.

¹ Mestra em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduada em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas em Língua Portuguesa pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb). E-mail: isaamsantos2@gmail.com.



1 INTRODUÇÃO

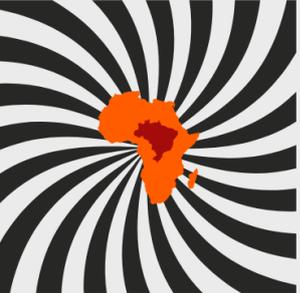
Alguns intelectuais são reconhecidos na historiografia brasileira como intérpretes do Brasil e da identidade nacional, dentre eles destacam-se nomes como Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, por exemplo. Todos, interessados em compreender a formação da sociedade brasileira em seus diferentes aspectos: econômicos, sociais, culturais e políticos, construíram pensamento crítico e teorizaram sobre diferentes concepções de Brasil.

Embora os intelectuais citados tenham definitivamente procurado levantar questões estruturantes que explicassem a formação do Brasil, não investiram na discussão racial como uma vertente explicativa da condição do povo brasileiro, especificamente, do povo negro brasileiro, tal qual fez Lélia Gonzalez. Mas, afinal, o que queriam os intérpretes ao formular questões fundantes para a compreensão do Brasil?

Considerando o processo sócio-histórico pelo qual o país vinha passando, muitos foram os questionamentos que surgiam a respeito da necessidade de uma identidade nacional. E, em se tratando de Brasil, essa busca se mostrou bastante problemática, tendo em vista que a sua sociedade foi formada a partir de um contexto de migração e exploração humana.

Além disso, alguns intérpretes, como Gilberto Freyre, Caio Prado Junior e Sérgio Buarque de Holanda, não consideraram a origem do Brasil mediante a massiva presença de povo indígenas que já se encontravam no território sul-americano antes da invasão colonial, anteriormente denominado de Abya Yala, pelo povo Kuna-Tule. O marco do surgimento de uma nação, no ponto de vista desses intérpretes, é, portanto, a colonização portuguesa.

Ao final do século XIX e início do século XX, os intérpretes estavam preocupados em buscar respostas para o entendimento da formação do povo brasileiro motivados, principalmente, pelo contexto socioeconômico forjado no bojo da colonização e posterior a ela. Consideravam, inclusive, as transformações de um país agrário-exportador para um país urbano-industrial. Obviamente, foram diferentes e, às vezes, diversas as correntes ideológicas que embasaram tais interpretações, desde o positivismo capitalista ao pensamento marxista. Mas, em todas elas, havia o objetivo de analisar a “natureza” da sociedade que veio se formando no Brasil desde o século XV.



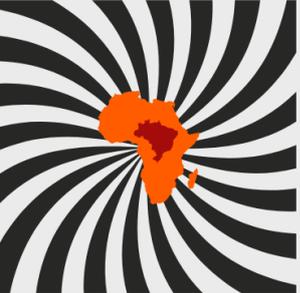
Nesse sentido, esse trabalho se propõe em analisar as contribuições de Lélia Gonzalez para a compreensão crítica da formação da sociedade brasileira, enfocando as relações de poder sob as clivagens de raça, gênero e classe. Desse modo, discuto como a categoria de Amefricanidade proposta pela antropóloga surge como um campo fértil para uma nova e crítica interpretação sobre o Brasil.

Para isso, foi necessário a revisão bibliográfica de textos e entrevista da autora, incluindo suas análises teóricas e ensaios a fim de aprofundar as questões empreendidas por Gonzalez. Do mesmo modo, amplio as leituras e cruzamentos analíticos que poderão partir da filosofia, da história e dos estudos culturais, priorizando a utilização de referenciais negros. Além disso, a pesquisa destaca a relevância da Amefricanidade como uma ferramenta epistemológica para reinterpretar a história brasileira e latino-americana – ou ladino-amef리카na –, revelando as estruturas de dominação racial e de gênero.

A partir dessas análises, é possível perceber, portanto, a atuação de Lélia Gonzalez enquanto uma intelectual negra responsável, conforme as especificidades de sua trajetória, pela elaboração de projetos intelectuais, traçados por dentro de experiências e vivências negras, de construção de um pensamento político e culturalmente crítico especificamente direcionado à condição da mulher negra no Brasil. A trajetória intelectual de Lélia Gonzalez exemplarmente representa uma espécie de traçado para a compreensão de seus projetos intelectuais, ancorados na relevância político-literária que apresentam, buscando, assim, interpretações para o Brasil fundamentadas nas articulações das clivagens de raça, classe, gênero e sexualidades, tornando-a, portanto, uma Intérprete Outsider.

2 UMA QUESTÃO DE INTERPRETAÇÃO

Interpretar o Brasil implica considerar as múltiplas e inesgotáveis instâncias sociais, econômicas, culturais que o formam, em tempos pretérito, atual e ulterior. Dessa forma, trata-se de uma tarefa na qual se encontram inúmeras respostas e significativas ausências. Algumas respostas, como sabemos, se tornaram questionáveis como o homem cordial na visão de Holanda ou a docilidade relacional entre pontos antagônicos (casa grande x senzala; cultura europeia x cultura africana e cultura indígena; senhor x escravo) de Freire ou ainda a credibilidade da superioridade da raça ariana, o pensamento autoritário brasileiro, conforme a perspectiva de Oliveira Vianna.



Respostas estas que a própria Lélia Gonzalez interpelou em inúmeros contextos, como em um ensaio intitulado “Democracia racial? Nada disso!”, no qual a socióloga expressa-se da seguinte maneira:

Existe uma outra mentira histórica que afirma que o negro aceitou passivamente a escravidão, adaptou-se a ela docilmente porque, afinal, os senhores de escravos luso-brasileiros foram muito bons e cordiais. E, como prova disso, dizem que a mãe preta foi o modelo dessa aceitação. Mas a gente pergunta: ela tinha outra escolha? Claro que não, pois era escrava e justamente por isso foi obrigada a cuidar dos filhos dos seus senhores (Gonzalez, 2018, p.111).

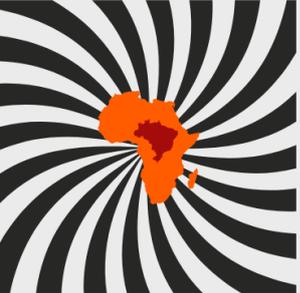
E complementa ainda:

Além disso, muitas vezes seus filhos recém-nascidos eram arrancados delas para que se “dedicassem” inteiramente às crianças brancas, amamentando-as com exclusividade. Aquelas que não aceitassem eram cordialmente torturadas ou simplesmente torturadas (Gonzalez, 2018, p.111).

Lélia Gonzalez, portanto, ao mesmo tempo em que ironiza as colocações de determinados intérpretes com os quais ela tece essa dialética, rebate enfaticamente seus posicionamentos enviesados e racistas a respeito, inclusive, das mulheres negras escravizadas. Ou seja, Gonzalez trabalha com documentos históricos ou arguições de um dado acontecimento diferentes das interpretações que foram postas por homens brancos, em sua maioria, revelando, dessa maneira, a pujança do racismo colonial mesmo quando se tratava da “mãe preta”.

Ratifica ainda que mesmo tendo acesso à casa-grande e estabelecendo, forçosamente, relações de proximidade com os membros desta, às mulheres negras não era dada a possibilidade de escolha, pelo contrário, poderiam ser mortas ou violentamente agredidas caso não obedecessem ou fugissem. O fato é que os intérpretes estavam interessados em construir a imagem de um Brasil independente e, por conseguinte, a formação socioeconômica do país em uma perspectiva de análise histórica.

Todo esse investimento está atrelado à ideia de identidade nacional, afinal, pensar num Estado autônomo e nacionalista traz, em certa medida, o pertencimento identitário entre o povo e a nação. Para o sociólogo José Martins (2017), a identidade nacional está fortemente relacionada ao processo de civilização de uma nação. Para tanto, destaca os principais elementos que caracterizam a identidade nacional, sejam eles: língua comum, heróis nacionais, gastronomia típica, festejos tradicionais e populares, valores comuns e a cultura nacional.



Todos eles nos fazem ser um povo pertencente a determinado país e não a outro, indício de que para Stuart Hall (2006), por exemplo, essa identidade não é intrínseca ao nosso gene, mas elaborada a partir do sentimento de pertencimento e de identificação, cuja cultura se funda a partir de discursos ou narrativas que criam histórias, mitos, lendas, feitos históricos atemporais e profundamente inseridos no imaginário coletivo.

Isso permite facilmente com que nós nos identifiquemos cada vez mais com a ideia de uma nação unida, forte e livre. Por isso, Benedict Anderson (1983) citado pelo professor José Martins (2017) afirma que a identidade nacional é uma “comunidade imaginada”.

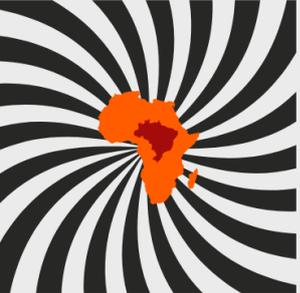
Este argumento é fundamental para questionarmos o que está por detrás dessa “comunidade imaginada”, levando em conta a vertente da História que considerou apenas uma narrativa em detrimento a várias outras que também seriam imprescindíveis para a interpretação do Brasil. Dessa forma, a identidade que construímos foi baseada em relações desiguais, injustas, violentadoras, a qual sempre se preocupou em hierarquizar a sociedade de maneira que pessoas brancas e com poder de influência ou aquisitivo estivessem acima – a qualquer custo – de pessoas não brancas.

É por este viés que a filósofa contemporânea Marilena Chauí (2000, p.89) nos encaminha para a seguinte reflexão em Brasil: o mito fundador e sociedade autoritária:

Conservando as marcas da sociedade colonial escravista, ou aquilo que alguns estudiosos designam como ‘cultura colonial’, a sociedade brasileira é marcada pela estrutura hierárquica do espaço social que determina a forma de uma sociedade fortemente verticalizada em todos os seus aspectos: nela as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece. As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência. O outro jamais é reconhecido como *subjetividade nem como alteridade* (grifo meu).

Dada as respectivas instâncias as quais se inserem no surgimento de intérprete de uma nação – e ainda outras podem e devem ser prolongadas ou mais bem detalhadas – acredito que, para além do escopo que envolve o reconhecimento e legitimidade das interpretações acerca do Brasil, muitas outras ficaram de fora dele. Interpretações estas que se debruçaram em explicar as desigualdades sociais estampadas no Brasil.

Certamente, essas interpretações foram motivadas pelo capitalismo desenfreado, pela ideologia de uma raça superior e, mais amplamente, pela subtração das subjetividades e alteridades de existências humanas diversas, sobretudo, dos povos negros e indígenas. Logo, interpretar uma nação implica também em trazer à tona o que se deixou de ser analisado sob a ótica do colonizado



ou ainda refutar análises controversas para a compreensão mais realista e crítica de uma nação (im)patriota.

Dessa forma, penso que Lélia Gonzalez é uma figura indispensáveis a ser considerada intérprete do Brasil, porque suas contribuições atravessam diferentes esferas da sociedade brasileira, influenciando não apenas o pensamento acadêmico, mas também contribuindo significativamente para o entendimento e a valorização da diversidade étnica e cultural do país. Gonzalez oferece uma perspectiva única sobre as identidades brasileiras, destacando a importância da negritude e da cultura afro-brasileira na formação da América Latina.

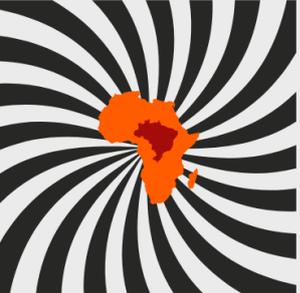
Nesse sentido, é crucial considerar como certos conceitos teóricos de Lélia Gonzalez produz um campo fértil para a interpretação (ou interpelação ao) do Brasil, como por exemplo aqueles que investigam proficuamente a mulher negra e suas categorizações; o papel central do pretuguês na cultura negra brasileira; a dinâmica do capitalismo e sua economia impactando de maneira não apenas negativa, mas violenta e excludente sobre vidas negras e, sobretudo, a Amefricanidade como uma categoria que redefine a identidade cultural e nacional em um continente marcado pela diáspora.

3 AMEFRICANIDADE: A EXPERIÊNCIA NEGRA CONTRA A DOMINAÇÃO COLONIAL

Tendo uma vida politicamente ativa e compromissada com o entendimento das relações sociais no Brasil, Lélia Gonzalez buscou sistematizar as formas pelas quais a raça implicou diretamente nas hierarquias de poder que definiram a organização da sociedade brasileira, alijando a participação da população negra na formação do que ela própria definiu como Amefricanidade.

A contribuição epistemológica da intelectual foi preponderante para se pensar a América numa perspectiva decolonial que abrange as dimensões política, social, econômica e de gênero, sobretudo, ressaltando como pessoas negras em diáspora e indígenas foram os principais agentes para construção dessa identidade amefricana.

Sendo assim, na busca por novas experiências e olhares sobre a América Latina e a África, a partir das vivências ligadas à história de negros e afro-brasileiros em diáspora, Gonzalez propõe “interpretar” o Brasil por uma via de contraposição à colonialidade. Considerá-la intérprete do Brasil é, pois, reconhecer não apenas suas produções intelectuais individuais, mas,



indubitavelmente, o impacto transformador de sua voz na investigação de uma parte (grande) do país que foi alijada do protagonismo de sua formação histórica, econômica e cultural.

Ao propor a categoria de Amefricanidade, Lélia Gonzalez realizou uma análise proeminente a respeito das relações de raça e classe na sociedade brasileira, nas Américas ou mesmo nos países colonizados pela Europa, cujo povoamento se deu a partir de africanos em diáspora e de indígenas que aqui já se encontravam. Essa passagem do Atlântico Negro foi definidora para se pensar as consequências imediatas e adjacentes da imposição e da virulência das tropas europeias sobre os povos e culturas não arianos.

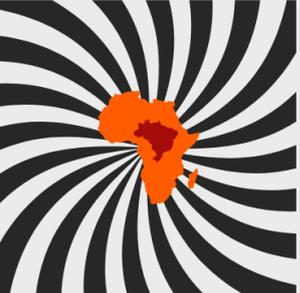
Impulsionados pela convicção de sua superioridade intelectual e biológica, juntamente com o desejo de expandir seus territórios, os países europeus não só conquistaram novas terras, mas também saquearam tudo o que delas emanava, incluindo povos, culturas e conhecimentos.

O historiador e antropólogo senegalês Cheikh Anta Diop, por exemplo, é uma das grandes referências nos estudos sobre as civilizações antigas e os povos africanos descendentes do Egito, cujas contribuições tecnológicas e conhecimentos foram cruciais para a evolução do mundo, mas que foram violentamente apropriados pela Europa. Esse domínio sugeriu aos brancos a criarem um sistema ideológico, a partir do uso da força e do poder, de categorizar o não branco, não homem, não heterossexual, não dominante como indivíduos patológicos.

Logo, criou-se a ciência hegemonicamente branca para sustentar o latrocínio, o genocídio e o domínio sobre essas populações. A origem deste sustentáculo é densa e pulverizada de detalhes que escapam sutilmente do objetivo deste trabalho, mas para exemplificar a eficácia da colonização nas Américas, Lélia Gonzalez ilustra muito bem o contexto histórico que permite a Europa instaurar um tipo específico de racismo neste território, a partir de contato pregresso de guerra com os mouros e outros povos de origem negra e religiões diferentes, como o islã.

As sociedades que se encontravam nas Américas é, portanto, fruto de construções ideológicas e políticas das organizações e operações das metrópoles ibéricas, as quais sempre impuseram o controle social e político sobre grupos dominados a partir da violência, além de estratifica-los racialmente (Gonzalez, 2020). Neste preambulo, Lélia afirma corretamente que “o racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças a sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento” (Gonzalez, 2020, p.119).

Cabe aqui a menção a Frances Winddance Twine citado por Ama Mazama (2009) o qual também compreende o racismo no Brasil como o disfarce de um pseudo “paraíso racial”, cujos



argumentos para a sua negação pautam-se no ideal do ego branco, negação da existência de especificidade da cultura africana, e da raça como realidade física, entre outros.

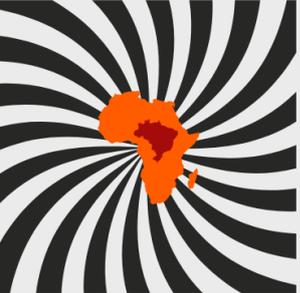
A eficácia da ideologia do embranquecimento da qual Lélia Gonzalez nos fala se percebe em seu feito secular e holístico, tendo em vista que esse pensamento surge no século XVII e não perde sua força até os dias de hoje. Durante esse período, os colonizadores europeus estabeleceram sistemas de dominação racial que justificavam a exploração e a subjugação de povos indígenas e africanos e fundamentavam-se em uma hierarquia racial que colocava os europeus brancos no topo, enquanto os povos indígenas e africanos eram considerados inferiores e subumanos.

Essa ideologia, influenciada pela lei do darwinismo social, foi utilizada para justificar a escravização de africanos, a expropriação de terras indígenas e a subjugação de povos não brancos em todo o mundo. Dessa forma, diferente do que o historiador e intérprete Gilberto Freyre considera ter sido uma relação harmoniosa entre negros e brancos no período escravocrata, o embranquecimento foi promovido por meio de políticas e práticas destinadas a “branquear” a população.

Dentre elas, a massiva violência sexual dos brancos colonizadores contra inúmeras mulheres negras, além de mobilizar a imigração de outros povos – não negros – para que sua cor prevalecesse em detrimento do fenótipo negro. Tais crenças geraram consequências abissais, principalmente na psique do sujeito negro, além de, enquanto povo, perderem de vista sua história em detrimento da valorização da cultura estrangeira (Mazama, 2009, p.113).

Complementarmente, Gonzalez (2020, p.119) afirma que o mito da superioridade branca produz o efeito de estilhaçamento e de fragmentação da identidade racial ao desejo da pessoa negra de embranquecer-se, negando, dessa forma, a sua raça e a sua cultura. A partir das análises psicanalíticas de Franz Fanon (2008), Neusa Santos Souza (1983) e Grada Kilomba (2019), juntamente com uma série de outros estudiosos como Du Bois (2021), Paul Gilroy (2012), Hill Collins (2019), Lewis Gordon (2022) percebe-se que a fragmentação do indivíduo negro, seja em nível individual ou coletivo, é um produto intrínseco da colonização e, posteriormente, dos meios de comunicação de massa, cujo processo é alimentado por uma estrutura político-social que desumaniza tais indivíduos.

Difícilmente em nosso sistema educacional a história da África fora devidamente explicada, a não ser por meio de uma visão eurocêntrica a qual deturpa toda uma cosmogonia africana, além de corromper a memória negro-africana a respeito do continente. Com isso, crianças e jovens afro-



brasileiros(as) passam a experienciar diferentes traumas surgidos no espaço em que estuda, pois a ênfase sobre a “inferioridade” da sua raça é reforçada em diversos contextos.

Enquanto, por outro lado, a superioridade branca se mantém inerte e igualmente enfática. Nesta perspectiva, as crianças e jovens negras estabelecem ações e pensamentos fragmentadas sobre si mesmas, buscando, então, um pertencimento identitário e coletivo que não necessariamente corresponde ao seu entorno racial e cultural, mas a do outro- branco:

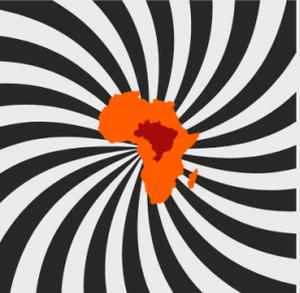
Começando por essas articulações ideológicas adotadas pelas escolas, nossas crianças são induzidas a acreditar que ser um homem branco e burguês constitui o grande ideal a ser conquistado. Em contraste, elas são também induzidas a considerar que ser uma mulher negra e pobre é um dos piores males. Devem-se levar em conta os efeitos da rejeição, da vergonha e da perda de identidade às quais as nossas crianças são submetidas, especialmente as meninas negras (Gonzalez, 2020, p.145).

Isso ocorre porque, como já dito, as representações positivas sobre raça e cultura raramente são correspondentes à Mãe-África. Logo, aliar-se às representações “negativas” aproximá-las-iam novamente ao lugar de subordinação e explícita violência. No entanto, aliando-se a qualquer um dos lados, esses jovens e crianças não deixam de sofrerem exclusão e ofensas, sobretudo, das manifestações mais sutis e subjetivas, tendo em vista que, como vimos, o racismo, no Brasil, opera de uma forma muito peculiar: o racismo por denegação.

Influenciada pelo pensamento freudiano e laciano, assim como pelas considerações plausíveis de M.D Magno, Lélia Gonzalez aprofunda-se no entendimento desse racismo produzido no cerne das sociedades latino-americanas. Diferentemente de como ocorreu nos Estados Unidos, o racismo, aqui, disfarça-se entre as diferentes relações pré-estabelecidas, sejam elas de poder, de classe, de gênero e de sexualidade.

Nesse sentido, Gonzalez (2020, p. 118) reitera a ideia de que nas sociedades de origem latina “temos o racismo disfarçado ou, como eu classifico, o racismo por denegação. Aqui prevalecem as ‘teorias’ da miscigenação, da assimilação e da ‘democracia racial’”, e continua:

A chamada América Latina, que, na verdade, é muito mais ameríndia e amefricana do que qualquer outra coisa, apresenta-se como o melhor exemplo de racismo por denegação. [...] Por isso mesmo, creio ser importante voltar o nosso olhar para a formação histórica dos países ibéricos. Trata-se de uma reflexão que nos permite compreender como esse tipo específico de racismo pode se desenvolver para se constituir numa forma mais eficaz de alienação dos discriminados [...]



Confundida pela justificativa de um povo largamente miscigenado, a sociedade brasileira acredita que o país não é racista, mas sim agregador de raças, cuja convivência se dá de maneira igualitária e harmoniosa. Essa negação, portanto, empreende e fortifica ainda mais os sistemas que operam em conjunto para a manutenção do racismo e, conseqüentemente, da hierarquia de raças e poder, na qual, os brancos permanecem no topo da pirâmide social e negros, mestiços e indígenas na base.

Tal estratificação da sociedade corrobora para a manutenção de um racismo estrutural que se encontra na base de sociedades capitalistas, beneficiando um contingente ínfimo de pessoas que estão no poder às custas da exploração em massa de mão de obra barata. De acordo com o pensamento de Gonzalez (2018; 2020), amparado em estudos cuidadosos, a população negra é quem mais sofre neste tipo de sociedade pelos motivos expostos acima, além do desenvolvimento industrial monopolista o qual também dificulta a força produtiva nas regiões em subdesenvolvimento.

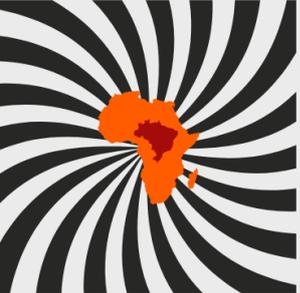
Existe um recorte racial e de gênero que molda as relações de poder engendradas no seio do capitalismo. Por isso mesmo, Lélia Gonzalez (2018; 2020) tão bem articula os diferentes papéis impostos às mulheres negras em distintas instâncias e interesses político, econômico e social, sejam eles referentes à “mãe preta”, à “mulata” ou à “doméstica”. Esses papéis impostos mobilizam e mantém vivo a configuração capitalista na nossa sociedade.

Torna-se perceptível diante dos estudos de Lélia Gonzalez o caráter exploratório sobre as mulheres negras e ameríndias para a articulação capitalista rentável a este sistema, pois quanto mais esses conceitos se fortificam e se contagiam sob o disfarce da democracia racial, mais eficaz se torna a exploração. Assim, “o caráter duplo de sua condição biológica – racial e/ou sexual – as torna mulheres mais oprimidas e exploradas em uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente”.

Justifica a ativista:

Precisamente porque esse sistema transforma diferenças em desigualdades, a discriminação que sofrem assume um caráter triplo dada a sua posição de classe: as mulheres ameríndias e amefricanas são, na maioria, parte do imenso proletariado afro-latino-americano (Gonzalez, 2018, p.214).

As interfaces racial e de gênero que atravessam a vida das mulheres negras as colocam diante de uma problemática incisiva em seu cotidiano e desde o período da escravização, a subordinação de suas vozes e de seus corpos e mentes. Ainda assim, essas mulheres foram



primordiais na luta contra a exploração e na consolidação da cultura africana na América Latina, bem como mobilizaram redes de apoio coletivo, os quais foram e são cruciais para o movimento negro.

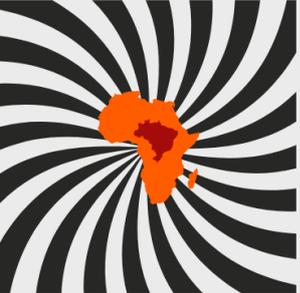
Isso implica dizer, segundo Gonzalez (2020, p.146), que “apesar da situação de extrema inferiorização, a mulher negra exerceu um importante papel no âmbito da estrutura familiar ao unir a comunidade negra para resistir aos efeitos do capitalismo e aos valores de uma cultura ocidental burguesa”. Em outras palavras, trata-se do ethos coletivo, conforme o pensamento da historiadora Beatriz Nascimento (2022).

Para a ativista, a solidificação de povos não brancos em posições sociais desfavorecidas tem a ver com a ideologia do branqueamento, a qual, segundo ela, desconsidera e desconsiderou toda a contribuição intelectual, cultural, política e econômica dessas pessoas na e para a formação do país. No entanto, há uma árdua luta empreendida pelos povos atingidos por esse sistema para a mitigação desses impactos, sendo, uma dessas armas, a palavra, que segundo Nascimento, funciona como um revólver com fins na “transformação contínua da história” (Nascimento, 2022, p.61).

Enquanto linha de pensamento quilombista, a noção de coletividade para Beatriz Nascimento é também inexorável às culturas dominadas. Ao escrever, ao lutar, ao falar, ao defender, nunca se trata de ações cujos interesses são particulares ou individuais, mas diz respeito a um povo ou povos que visam a plena e efetiva emancipação, sobretudo, de suas mentes. A liberdade requer um empreendimento coletivo, portanto, quando se pensa por essa perspectiva, entendemos que a escrita – poética, narrativa ou não de grupos não brancos – possui genuíno comprometimento – político – com as causas sociais em seu aspecto holístico:

De certo modo, minha reentrada na Universidade passa por essa tentativa minoritária, pois se ‘tudo adquire um valor coletivo’, o criar com a palavra, construir palavra, seria uma ação micropolítica (...) Sinto-me sempre escrevendo de mim, mas esse ‘mim’ contém muitos outros, então escrevo de um coletivo sobre e para essa coletivização (...) É um momento de alteridade muito sólida (Nascimento, 2022, p.53).

Beatriz Nascimento define ainda esse logos socializado como “o próprio som carregado de polifonia, como folhas ao vento reverberando interlocutores” (Nascimento, 2022, p.60). Em páginas anteriores, a autora também se utiliza da metáfora do morcego para ilustrar a possibilidade de “extrair a seiva da potência da vida” esquivando-se dos impasses impostos pelo regime opressivo do capital (Nascimento, 2022, p.50). Esse “devir minoritário sobre a própria minoria”, do qual nos



aponta Beatriz Nascimento, ratifica a contundência da categoria de Amefricanidade de Lélia Gonzalez.

É por isso que o entendimento a respeito da América Latina principia uma fenda profunda nas camadas sociais do Brasil, justamente por levantar questões e ideias que passam a questionar a lógica brutal da dominação e da colonização, como mitos e teorias da miscigenação.

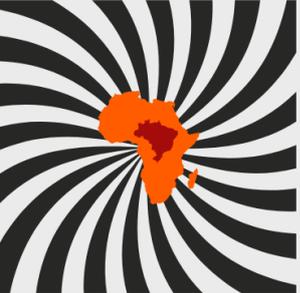
Além disso, permite curar-se das feridas psicológicas instituídas pelo racismo, o qual fragmentou as identidades étnicas, anulando, também, as suas subjetividades. Possibilita liberta-se das caracterizações racistas e estereotipadas a respeito dos diferentes povos colonizados, quando suscita a quebra do silenciamento – a qualquer custo – para assumirem o lugar de sujeito, que lhe é seu por direito. Trata-se de uma poderosa transgressão epistêmica.

Outrossim, o conceito de Amefricanidade incorpora não somente um espaço físico e geográfico, mas, sobretudo, um desenvolvimento etnográfico transpassados por adaptações, resistências, reinterpretações e novas formas afrocentradas, “em consequência, ela nos caminha o sentido da construção de toda uma identidade étnica” (Gonzalez, 2020, p.122).

Os chamados “amefricanos” compartilham da mesma experiência diaspórica, embora pertençam a diferentes sociedades, contudo, em todas elas, o sistema de dominação não se distingue: o racismo, “essa elaboração fria e extrema do modelo ariano de explicação, cuja presença é uma constante em todos os níveis de pensamento, assim como parte e parcela das mais diferentes instituições dessas sociedades” (Gonzalez, 2020 p.123). Ademais, assumir a identidade amefricanana possibilita atravessar uma visão estereotipada e idealizada da África e, ao mesmo tempo, voltar-se para sua própria história.

Torna-se importante observar que, ao propor a categoria de Amefricanidade, Lélia Gonzalez estabelece um diálogo com um outro conceito, ainda que brevemente citado em seus textos. Trata-se dos estudos sobre Afrocentricidade desenvolvidos pelo filósofo e professor estadunidense Molefi Kete Asante. Em primeira instância, a Afrocentricidade surge em resposta à supremacia branca e para desafiar o eurocêntrico, questionando a localização psicológica que se encontra o sujeito negro.

Há uma centralidade e uma marginalidade imposta pela colonização, nas quais, grupos colonizados se encontram à margem de toda a constituição política, histórica, econômica, intelectual e cultural da sociedade, quando, na verdade, foram protagonistas. Portanto, é fundamental, conforme Asante (2009), a recentralização desses povos e a conscientização do seu



agenciamento diante da sua própria história. Nesse sentido, a agência consiste na disposição de recursos psicológicos e culturais necessários ao avanço da liberdade humana.

Determinada realocação também implica numa consciência centrada no sujeito afrocêntrico, que busca estorvar a servidão mental à qual lhe é imposta. Esse se torna um caminho crítico para o propósito da experiência social e cultural africana como referência, ratificando a dimensão de sua personalidade criativa. Portanto, a afrocentricidade “é a conscientização sobre a agência dos povos africanos (...) de modo que a pessoa possa atuar como agente e não como vítima dependente” (Asante, 2009, p.94) tendo como objetivo o processo de libertação.

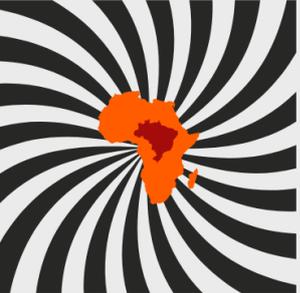
O pensamento afrocentrado volta-se também para a perspectiva da coletividade, um viés necessariamente quilombista, pois, nas palavras de Abdias Nascimento (2009), preocupa-se em assegurar a existência do ser, ampliando a consciência negra e uma organização coletiva vital frente à excrescência do regime escravocrata, objetivando, fundamentalmente, a ascensão dos povos negro e indígena ao poder. Este “eu coletivo”, para Asante (2009, p.194), engaja-se na “criação e recriação da pessoa em grande escala”.

Nesse contexto, Lélia Gonzalez nos oferece uma visão abrangente da cultura afro-brasileira e ladina em sua manifestação mais ampla e coletiva. A intelectual destaca as significativas e numerosas contribuições culturais, econômicas e sociais provenientes dos diversos grupos étnicos que compõem a América Ladina, incluindo negros e indígenas, todos compartilhando uma experiência comum de racismo e dominação.

Diante disso, Gonzalez questionou vigorosamente as fragmentações identitárias e multiculturais enfrentadas por esses povos, desafiando as suas diferentes formas de manifestação até os dias atuais. Sua ativa participação nesse campo levou a reflexões cruciais sobre a valorização e emancipação, especialmente no âmbito intelectual, desses grupos, destacando as diversas formas de resistência e expressão cultural que surgiram ao longo dos séculos em várias partes da América.

4 BREVES CONSIDERAÇÕES

Mulheres que fizeram parte das historiografias brasileiras sempre estiveram em ínfima quantidade, sequer as mulheres negras, devido não apenas à escassa oportunidade do direito efetivo à escolarização/educação, mas ao descredenciamento imposto sobre suas falas, vistas como subjetivas e irracionais. Isso significa ou significava para a crítica hegemônica que o que pensaram, escreveram e publicaram não compõem um acervo significativo como referência de pensamento.



Muitos dos escritos literários de escritoras negras foram desacreditados pelas editoras, inclusive, convergindo para um processo de epistemicídio, já que suas obras encontravam entraves questionáveis para serem publicadas e circuladas. As mulheres, por vários motivos, e, sobretudo, as mulheres negras sempre estiveram à margem² de formas específicas que incidem sobre a institucionalização do conhecimento.

Nesse sentido, em se tratando do estudo das produções intelectuais que marcaram uma forma de pensar para as diferentes nuances e dimensões sociais do Brasil, o destaque recai sobre textos majoritariamente escritos por homens brancos, heterossexuais e inseridos em grupos representativos da classe dominante.

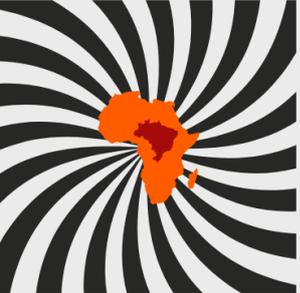
Os chamados “intérpretes do Brasil”³ trouxeram para o debate público questões históricas e culturais que ajudaram a compreender os entraves sociais, políticos e econômicos relativos à formação do povo brasileiro. Formularam interpretações e reinterpretações fundadas nas nossas experiências históricas, algumas eurocêntricas demais, sobre formas de violência, resistência e opressão que marcaram a dinâmica da formação e sentidos do Brasil.

Se por um lado o pensamento dos “intérpretes do Brasil” constitui um acervo significativo para as pesquisas que pretendem investigar um discurso explicativo útil para fins teóricos e comparativos sobre Brasil, por outro é insuficiente para dar conta de uma explicação que leve em consideração o estudo das hierarquias de raça, classe, gênero e sexualidades forjadas no bojo das experiências e vivências femininas das intelectuais negras.

Em face do exposto, observa-se que, para Gonzalez, o enfrentamento às formas de violência e opressão expressas na sociedade brasileira, sem dúvida, passa pelo entendimento e crítica às relações raciais no Brasil, com particular destaque à importância e conhecimento das experiências e vivências negras. Seus projetos intelectuais atendem a mais um chamado do que uma escolha vocacional (hooks, 1995) para o protagonismo intelectual e para a insurgência de saberes contra os efeitos de poder que incidem sobre potenciais alternativas de mudança.

² Compactuo do pensamento de Grada Kilomba ao localizar a margem não apenas como um lugar periférico ou de privação, mas um espaço em que novos discursos críticos surgem, além de ser possível trans fazer mundos alternativos. Conforme a autora, é nesse local que “o entendimento e o estudo da própria marginalidade criam a possibilidade de devir como um novo sujeito” (Kilomba, 2019, p.69).

³ A expressão entre aspas faz referência à coleção organizada por Silviano Santiago intitulada *Intérpretes do Brasil*, publicada em 2002, versa sobre uma visão crítica de Brasil mediante clássicos que, segundo o crítico literário, estavam num “esquecimento relativo” no âmbito das discussões sobre a formação cultural do país. Análises introdutórias e inéditas sobre os onze livros da coletânea foram acompanhadas pelos historiógrafos Eduardo Portela, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Novais, Flora Sussekind, Francisco Iglésias, José Murilo de Carvalho, Laura de Melo e Souza, Maria Odila Leite da Silva Dias, Roberto Ventura e Ronaldo Vainfas.



A socióloga é dona de uma vasta produção intelectual escrita que abarca artigos, ensaios e livros. Além disso, a autora concedeu entrevistas, que, em seu conjunto, foram explicativos para a maior parte das intervenções intelectuais que decidiu realizar, ao longo de uma vida politicamente mais expressiva da segunda metade do século XX à atualidade. Como pensadora da realidade social brasileira, Gonzalez atuou para combater formas de dominação e de violência presentes no cotidiano das populações negras e ameríndias, legitimando e fortalecendo as lutas por emancipação e liberdade.

Em suma, Gonzalez foi e continua sendo uma das maiores referências para o entendimento da formação da sociedade brasileira, em diferentes instâncias no que concerne à raça, ao gênero, à classe, à economia, à política e à cultura. Sua vasta produção, apresenta a potência do seu pensamento comprometido com a visão de justiça social, influenciando e inspirando gerações de pensadores(as) e intelectuais.

REFERÊNCIAS

ASANT, Molefi K. A afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. *In*: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistêmica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

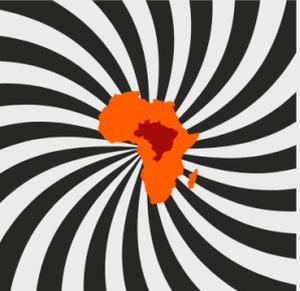
GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as Rosas Negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. *Díaspóra Africana: Filhos da África*, 2018.

HALL, S. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MARTINS, José Ricardo. **Os intérpretes do Brasil**: Pensamento sociopolítico lastreado no fluxo de ideias, narrativas e realidades na busca de uma identidade nacional brasileira. *Revista Tempo do Mundo*, jan. 2017, v. 3, ed. 1, p. 307 – 336.

MAZAMA, Ama. A afrocentricidade como um novo paradigma. *In*: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistêmica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.



NASCIMENTO, Abdias. Quilombismo: um conceito emergente do processo histórico-cultural da população afro-brasileira. *In*: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistêmica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.

NASCIMENTO, Beatriz. **O negro visto por ele mesmo**. São Paulo: Ubu Editota, 2022.

RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.). **Lélia Gonzalez**: Por um feminismo afro latino americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. E-book (361p)

Enviado em: 01/12/2024
Aceito em: 06/03/2025